

**Câmara Municipal  
de  
Ponte da Barca**

**Divisão de Administração Geral e Finanças**

**Reunião Nº 13/2016**

**Assunto:**

REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO DIA 20 de JUNHO de 2016



CÂMARA MUNICIPAL  
DE  
PONTE DA BARCA

<u>SUMÁRIO:</u>	Fl.
01- Abertura .....	1
02- Antes da ordem do dia .....	2-3
03- Balancetes .....	4
04- Pagamentos .....	4
05- Decisões do Presidente .....	-
06- Obras públicas.....	-
07- Fornecimentos diversos .....	-
08- Obras particulares.....	4-6
09- Pessoal .....	6
10- Requerimentos diversos .....	6-7
11- Expediente diverso .....	-
12- Deliberações diversas .....	8-12
13- Outros assuntos .....	-
14- Encerramento .....	12



**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**

**DE**

**PONTE DA BARCA**

**ATA Nº 13/2016**

**Data da Reunião:** Vinte de junho de dois mil e dezasseis

**Local da Reunião:** Sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho

**Presidiu:** ANTÓNIO VASSALO ABREU

**Presenças**

**Presidente:**

António Vassalo Abreu

**Vereadores:**

José Alberto Sequeiros de Castro Pontes

Armindo José Sousa da Silva

Augusto Manuel dos Reis Marinho

Ricardo Jorge Freitas Gomes Armada

Olinda Pereira de Oliveira Barbosa

**Início da Reunião:** Dez horas

**Encerramento:** Treze horas e dezasseis minutos

**Secretariou a reunião:** Dr<sup>a</sup> Aida Maria Boalhosa Pereira

**Ordem cronológica por que foram tratados os assuntos:**

**Prestou Colaboração Técnica:**

**OBS:**

----- A ata foi aprovada em minuta. -----





**PONTO Nº: 2 ANTES DA ORDEM DO DIA****I – AUSÊNCIAS E SUBSTITUIÇÕES**

- A senhora Vereadora, Sílvia Torres, não esteve presente na reunião por se encontrar em gozo de férias.-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a sua falta. -----

**II – INTERVENÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO VASSALO ABREU E DOS SENHORES VEREADORES**

O senhor Presidente da Câmara, Vassalo Abreu, procedeu à abertura da reunião começando por saudar os presentes. O senhor Presidente apresentou um voto de louvor à Associação Desportiva de Ponte da Barca pela conquista da Supertaça 'Ramiro Marques', da Associação de Futebol de Viana do Castelo, que foi subscrito por todos os presentes. Deu conta de que desde a última reunião decorreram em Ponte da Barca diversas iniciativas, entre as quais a Festa do Ballet, exposições, uma caminhada solidária, uma Feira Medieval promovida pelo Agrupamento de Escolas e a iniciativa Color Run, organizada pela Epralima. Informou que recebeu dois administradores da Sonae, de cuja reunião resultou a confirmação de que a instalação do hipermercado continente em Ponte da Barca vai mesmo avançar. Deu conta também da receção ao Secretário de Estado da Administração Interna, na passada sexta-feira, altura em que se procedeu também a uma visita ao Quartel dos Bombeiros e ao terreno onde serão construídas as novas instalações operacionais daquela corporação. Por último fez saber que vai estar presente numa reunião de trabalho no âmbito do projeto Alto Minho Invest, com o embaixador do Japão em Portugal, Hiroshi Azuma. Felicitou a nova mesa administrativa da Santa Casa do Misericórdia de Ponte da Barca.

O senhor Vereador, Armindo Silva, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. O senhor Vereador felicitou a nova mesa administrativa da Santa Casa do Misericórdia de Ponte da Barca. Disse que, independentemente das questões relacionados com o processo eleitoral, o importante é que a citada instituição desempenhe o seu papel, tal como os outros que tenham cariz social, bem como as condições para continuar o seu trabalho de apoio à comunidade em particular aos idosos. Referiu que estão abertas as candidaturas não só para as questões da aplicação dos produtos fitofarmacêuticos mas também para ações de formação com vista a capacitar os produtores agrícolas em fazer mais e melhor. O senhor Vereador disse que já está aberta a época balnear, tendo questionado o senhor Presidente se estão reunidas as condições ao nível do controlo da qualidade da água para a utilização da praia fluvial. O senhor Presidente prestou os devidos esclarecimentos. O senhor Vereador, Armindo Silva, questionou, igualmente, o senhor Presidente pelo funcionamento da "Porta de Lindoso". O senhor Presidente disse que a receção dos visitantes pode vir a passar para o Castelo e o edifício que se encontra nas proximidades do cruzeiro irá ter outras valências. O senhor Vereador, Armindo Silva, deu conhecimento à excelentíssima câmara de que recebeu uma exposição do senhor Vítor Manuel Almeida Araújo, cujo original já tinha dado entrada no Serviço de Atendimento ao Município desta Câmara, na qual refere que a construção de um muro junto a um caminho está em violação das regras urbanísticos. Por fim, o senhor Vereador, Armindo Silva, questionou o senhor Presidente se já está definido o montante da comparticipação por parte do Município para a realização de obras no Mosteiro de Crasto. O senhor Presidente prestou os devidos esclarecimentos. A senhora Vereadora, Olinda Barbosa, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Felicitou a nova mesa administrativa da Santa Casa do Misericórdia de Ponte da Barca. A senhora Vereadora disse que é necessária uma intervenção urgente nas águas paradas que se encontram a jusante da ponte, bem como na ETAR que se encontra nas proximidades da ecovia. Referiu, ainda, da necessidade de se proceder ou mandar proceder à limpeza da rotunda que se encontra à saída da ponte de Lavradas, por forma a que a entrada neste concelho se mostre mais acolhedora e asseada. O senhor Presidente prestou os devidos esclarecimentos.

O senhor Vereador, Armindo Silva, solicitou nova intervenção, tendo sido autorizado a intervir. Solicitou ao



senhor Presidente cópia do projeto da ponte de Lavradas, bem como as comunicações que existem entre este Município e as entidades competentes.

O senhor Vereador, Augusto Marinho, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Felicitou a nova mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca. Referiu que o Município tem falta de trabalhadores em alguns serviços como por exemplo jardins e limpeza urbana. Disse que os agentes de autoridade deveriam circular na sede do concelho não por carro mas de bicicleta para permitir que os mesmos possam aceder, também, a locais cujo acesso está vedado a circulação de veículos de passageiros. Sugeriu ao senhor Presidente que a câmara oferecesse as bicicletas. Questionou o senhor Presidente se realizou algum estudo para avaliar o impacto que poderá ter no comércio local a abertura do hipermercado continente na sede do concelho. O senhor Presidente prestou os devidos esclarecimentos. O senhor Vereador, Augusto Marinho, referiu que é necessário melhorar a política de comunicação com as juntas de freguesias e os Municípios. Para tal, sugeriu que se enviasse as atas deste órgão executivo municipal aos senhores Presidentes de Junta, bem como criar um sistema de inscrição para que quem manifestasse interesse em receber as atas, as mesmas pudessem ser enviadas através de email. Por último, disse ter visitado a freguesia de Asias e verificou que é necessário intervir no caminho do casal e na envolvente à sede da junta.

O senhor Vereador, Ricardo Armada, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Felicitou a nova mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, apesar de discordar do processo prévio à eleição. Desejou que a nova mesa administrativa reencontre o que é o trabalho em rede. Pessoalmente fez votos de que a Santa Casa da Misericórdia aposte mais na área da saúde.

O senhor Vereador, José Alberto Pontes, iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Felicitou a nova mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca. Respondeu ao senhor Vereador, Armindo Silva, referindo que os serviços já se pronunciaram no sentido de solicitar à junta de freguesia os esclarecimentos e a esta data aguarda-se por essa pronúncia. Congratulou-se com os resultados da Associação Desportiva de Ponte da Barca. Congratulou-se com a visita do senhor Secretário de Estado a este concelho que teve por objetivo dar a conhecer que se torna necessário modernizar as instalações do quartel dos bombeiros voluntários para que possa existir uma resposta mais eficaz à população.

### III – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA:

12.7. - CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E A JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASTRO, RUIVOS E GROVELAS  
- Aprovação de Minuta -

12.8. - 4ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA  
2ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS  
3ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

**- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 06 DE JUNHO DE 2016:** - A Câmara Municipal, em cumprimento do disposto no número 2, do artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no nº 4, do citado artigo, deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião, realizada no dia seis de junho corrente, pelo que irá ser assinada pelo Presidente da Câmara e Secretário da respetiva reunião. -----



**PONTO Nº: 3 - BALANCETES****3.1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA**

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do Balancete de Tesouraria relativo ao dia 17/06/2016, que apresentava o seguinte saldo:

Dotações Orçamentais.....359.349,18€

Dotações Não Orçamentais.....469.962,35€

**PONTO Nº: 4 - PAGAMENTOS****4.1. - PAGAMENTOS RATIFICADOS**

----- Presente, para conhecimento, a relação das ordens de pagamento, numeradas intercaladamente de 1507 a 1635 inclusive, no valor de 220.796,54 €. -----

**4.2. - DESPESA**

----- Durante o período compreendido entre o dia 01/06/2016 e o dia 14/06/2016, inclusive, o Diário de Despesa teve a seguinte movimentação:

Cabimentado.....216.680,29 €

Compromissado.....194.821,67 €

Liquidado.....222.233,99 €

Pago.....288.866,45 €


Operações não Orçamentais.....47.411,34 €

**PONTO Nº: 8 - OBRAS PARTICULARES****8.1. - PROJETO DE ARQUITETURA**

António José de Sousa Rocha, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de construção de anexo agrícola, sito no lugar da Tomadinha, freguesia de Nogueira - processo LE-EDI n.º 60/2015. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 07/06/2016.

Octávio Cerqueira Unipessoal, Lda, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de alteração à construção de edifício destinado a armazém, sito no lugar da Veiguinha, freguesia de Oleiros - processo LE-EDI n.º 30/2014. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 07/06/2016.

José Lopes Araújo, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de construção de uma moradia unifamiliar, tipologia T3 e anexo, sito no lugar de Lagoa, freguesia de Azias - processo LE-EDI n.º 29/2014. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 07/06/2016.





Vasco de Jesus Alves, a requerer aprovação do projeto de arquitetura da obra de construção de uma moradia unifamiliar, tipologia T3, sito no lugar do Côto, freguesia de Crasto - processo LE-EDI n.º 27/2016. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 07/06/2016.

## 8.2. PROJETO DE COMPLEMENTARES

Rui de Amorim Rodrigues, a requerer aprovação dos projetos de especialidade da obra de reconstrução e alteração de moradia unifamiliar, na tipologia T3, sito no lugar da Cancela do Forno, freguesia de Bravães - processo LE-EDI n.º 06/2016. Deferido por despacho do senhor Presidente da Câmara de 09/06/2016.

## 8.3. - ALTERAÇÃO AO LOTE Nº 5 DO LOTEAMENTO DE PADIM E RESPETIVO VALOR DE COMPENSAÇÃO

- Presente informação interna nº 2355, do Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico, registado sob o nº 4172, em 13/06/2016, que se transcreve: "No seguimento do despacho do senhor Presidente da Câmara datado de 09/06/2016 e conforme informações técnicas, remete-se a aprovação camarária a alteração ao lote nº5 do loteamento de Padim e do valor da respetiva compensação, determinada nos termos do art.º 50.º do Regulamento Municipal de Taxas e outras Receitas de Urbanização e Edificação, sito na extinta Freguesia de Vila Nova de Muía, atual União de Freguesias de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía, Paço Vedro Magalhães, requerida por Manuel António Rodrigues Cerqueira, com processo camarário LUALL 1/2016. A presente alteração refere-se à integração de 175 m2 de espaço público no logradouro do referido lote, sendo os valores da compensação de 5250,00 euros (175\*15 +175\*15). Estes valores foram aprovados em reunião camarária datada de 26 de abril de 2016. Pelo informado, a alteração ao referido loteamento reúne os requisitos para ser deferida, pelo que se remete para efeitos de envio a reunião de Câmara Municipal, no sentido de se obter aprovação da alteração e do valor da compensação."

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, concordar com a informação dos Serviços. Absteram-se os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa e senhor Vereador Independente, Augusto Marinho. -----

## 8.4. - PEDIDO DE ELABORAÇÃO DE PLANO DE ALINHAMENTO FACE À ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO LU-ALL 2/2015

- **Requerente: José de Oliveira**

- Presente informação interna nº 1815, do Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico, registada sob o nº 3235, em 09/05/2016, que se transcreve: "No seguimento da informação técnica datada de 22/04/2016, remeto à consideração superior o envio ao gabinete de projeto da elaboração do Plano de Alinhamento face aos espaços cedidos ao domínio público. O presente estudo refere-se à alteração de Loteamento LU-ALL 2/2015 em nome de José de Oliveira. Conforme informação técnica datada de 18/12/2015, no seu ponto nº3, o qual transcrevo "Que as áreas de cedência propostas e aceites pelos requerentes, fiquem sujeitas a acerto concreto por parte do serviço do GPPDE e que o mesmo fique definido no quadro sinótico do procedimento e nas plantas síntese e de cedências no domínio público, nem que para o efeito seja apenas proposta nesse sentido ao procedimento". Segundo apreciação de Acordo assinado entre o requerente e a Câmara Municipal, GSE interno nº 2112/2012, de 15/03/2012, e conforme informação verbal da técnica Arqª Gisela Paredes, parece oportuno ser de aferir o projeto da Avenida Fernão de Magalhães relativamente às áreas cedidas, em princípio, afim de num único processo serem identificáveis todas as áreas cedidas ou a ceder que deverão constar na emissão do alvará para que assim se criem os devidos efeitos internos. A presente proposta terá que ser submetida a reunião de Câmara para



efeitos de aprovação.” -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, concordar com a informação dos Serviços. Abstiveram-se os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa e senhor Vereador Independente, Augusto Marinho. -----

## **PONTO Nº: 09 – PESSOAL**

### **9.1. - PROCESSO DE INQUÉRITO Nº 1/2016**

#### **- Proposta de Nomeação de Secretário -**

- Pela inquiridora nomeada foi presente proposta de nomeação de Secretária que se transcreve: “Aos 15 dias do mês de junho de 2016, nos termos do nº 3 do artº 208º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, escolho secretária do presente processo de inquérito a trabalhadora Maria do Céu da Costa Pereira, Assistente Técnico.

A Inquiridora,

- Pelo senhor Presidente da Câmara foi emitido, em 16/06/2016, o despacho que se transcreve: “Concordo com a nomeação. À reunião de Câmara.”

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, ratificar o despacho. Abstiveram-se os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa, e senhor Vereador Independente, Augusto Marinho .

### **9.2. - PROCESSO DE INQUÉRITO Nº 1/2016**

- Pela inquiridora nomeada foi presente a seguinte comunicação: “Tendo sido nomeada inquiridora do processo de Inquérito nº 1/2016, em cumprimento do nº 3 do artº 205º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, comunico-lhe que iniciei a instrução do referido processo disciplinar, mandado instaurar por deliberação da Câmara Municipal de 6/06/2016.

Aos 15 dias do mês de junho de 2016

A Inquiridora,

Aida Maria Boalhosa Pereira”

O Presidente da Câmara emitiu, em 16/06/2016, o seguinte Despacho: “À reunião de Câmara para conhecimento.” -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

## **PONTO Nº: 10 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**

### **10.1. - JOSÉ DE BRITO OLIVEIRA**

#### **- Solicitação de redução de taxas – Processo nº LE-EDI – 40/2014**

- Presente requerimento de José de Brito Oliveira, registado em GSP com o nº LE-EDI – 40/2014, a solicitar, na qualidade de requerente no processo acima identificado e no seguimento do processo para construção de um edifício destinado a Estabelecimento de Restauração e Bebidas, sito no lugar de Santana – Grovelas, da União das Freguesias de Crasto, Ruivos e Grovelas, a redução em 50% das taxas relativas à emissão de alvará de construção.

- Sobre o assunto, pelo Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico foi emitida a informação que se transcreve: “O Regulamento n.º 413/2010 de 06 de maio, consagra as disposições regulamentares com eficácia externa aplicáveis na área do Município de Ponte da Barca em matéria de taxas por operações urbanísticas, prevendo o seu âmbito de incidência, liquidação, cobrança e pagamento,



bem como a respetiva fiscalização e a aplicação de sanções supletivas de infrações conexas, quando não especialmente previstas em outros Regulamentos Municipais.

Este regulamento veio estabelecer, através de uma deliberação fundamentada a apresentar à Câmara Municipal, a possibilidade de beneficiar duma redução de 50% das taxas devidas pela realização, manutenção e reforço das infra-estruturas urbanísticas e nas taxas previstas nos quadros da tabela anexa ao referido regulamento com as devidas atualizações conforme Edital n.º 16/2015. Nestes casos, o pedido de redução de taxas deve ser instruído pelo requerente junto dos serviços competentes, mediante apresentação de um conjunto de elementos comprovativos da situação em que se enquadre, de acordo com o artigo 80.º e 90.º do Regulamento n.º 413/2010 de 06 de maio.

Com vista a beneficiar do descrito no regulamento municipal em matéria de taxas por operações urbanísticas, José de Brito Oliveira com o NIF 176906916 e sede no lugar de Santana, União de freguesias de Crasto, Grovelas e Ruivos, concelho de Ponte da Barca, apresentou um requerimento a fim de obter uma fundamentação económica, sob proposta da Câmara Municipal, na redução em 50% das taxas relativas à emissão de alvará de construção de um empreendimento no âmbito da restauração e bebidas, sito no lugar de Santana, União de freguesias de Crasto, Grovelas e Ruivos, concelho de Ponte da Barca.

Considerando que:

- O desenvolvimento económico e a competitividade territorial é muito importante para o concelho de Ponte da Barca, estando orientado para a criação de mais emprego e riqueza;
- A qualificação e valorização da oferta são fundamentais na construção de um destino turístico, proporcionando atividades que, pela sua dimensão, diversidade e abrangência territorial atraem turistas e promovem a economia local;
- O Município de Ponte da Barca tem apostado no aumento da oferta turística no concelho através da sua diversidade e qualidade (produtos distintos e de qualidade) e sempre numa perspetiva sustentável;
- Os serviços desta autarquia entendem que deverá a Câmara Municipal relevar o impacto do projeto para o concelho, nomeadamente em termos económicos e de criação de emprego, bem como a projeção e divulgação do concelho e da região para o exterior;
- Do fundamentado pelo requerente, podemos constatar que o elevado investimento a efetuar numa zona rural vai permitir melhorar a competitividade local e o nível de qualidade dos serviços prestados mas, por outro lado, também vai diminuir a previsão de retorno do investimento já que a sua localização está distanciada do centro urbano;
- Do exposto, também se poderá referir que a empresa tem apostado no crescimento e dimensionamento da mesma, tendo atualmente oito trabalhadores efetivos, contribuindo deste modo para a subsistência económica de vários agregados familiares. Além dos postos de trabalho efetivos e de subcontratar outros trabalhadores para cobrir as necessidades dos serviços, o requerente já tem em processo de licenciamento, para a mesma zona, a construção de um hotel rural.

Por todo o circunstancialismo descrito, propomos que seja submetido à apreciação da Câmara Municipal, o pedido de redução em 50% das taxas relativas à emissão de alvará de construção de um espaço de Restauração e Bebidas, do empresário José de Brito Oliveira com o NIF 176906916, sede no lugar de Santana, União de freguesias de Crasto, Grovelas e Ruivos, concelho de Ponte da Barca.” -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, concordar com a informação dos Serviços. Absteram-se os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa e senhor Vereador Independente, Augusto Marinho. Os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa, ditaram para a ata a seguinte Declaração de Voto: “Consideramos que deve haver igualdade de tratamento nos diversos empreendimentos turísticos, devendo ser dado conhecimento da justificação apresentada neste pedido aos mesmos.” -----



**PONTO Nº: 12 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS****12.1. - CIM – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO****- Envio de Fatura -**

- Presente ofício da CIM – Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, registado sob o nº 4571, em 13/05/2016, a remeter fatura nº 246/2016, no valor de 3.485,00 €, relativa a “Quota 2016 – Mensalidade maio de 2016”. -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, mandar pagar. -----

**12.2. - CRIAÇÃO DE NOVAS SEPULTURAS NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE PONTE DA BARCA**

- No seguimento da informação interna nº 1497, do Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico, registado sob o nº 2761, em 07/04/2016, pela Divisão de Administração e conservação do Território foi emitida a informação que se transcreve: “Em sequência da informação interna N.º 9909/2015 de 26/11/2015, da qual resultou a reorganização do cemitério municipal, tendo sido criadas duas sepulturas no talhão IV, com os números 64A e 64B. Remete-se para aprovação pelo executivo da Câmara Municipal a planta do Cemitério Municipal contendo as alterações referidas.” -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a criação de novas sepulturas no Cemitério Municipal de Ponte da Barca. Abstiveram-se os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa e o senhor Vereador Independente, Augusto Marinho. -----

**12.3. - PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA - PARU**

- Presente informação interna nº 2449, do Gabinete de Prospetiva, Planeamento e Desenvolvimento Económico, registada sob o nº 4296, em 16/06/2016, que se transcreve: “Submete-se à consideração superior o envio a reunião de Câmara do Plano em referência para efeitos de discussão e aprovação, tendo em vista a apresentação de candidatura ao AVISO N.º NORTE-16-2016-10, do NORTE 2020 até 30 de junho.” -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Ação de Regeneração Urbana – PARU. -----

**12.4. - FREGUESIA DE CUÍDE DE VILA VERDE****- Pedido de Apoio Financeiro -**

- Presente ofício da Junta de Freguesia de Cuíde de Vila Verde, registado sob o nº 1547, em 12/02/2016, a solicitar apoio financeiro, no valor de 10.500,00 €, acrescido de IVA, com vista ao alargamento da Rua Estrada de Novais (junto à Sede de Junta), daquela freguesia. -----

- Sobre o assunto, pela Divisão de Administração e Conservação do Território, foi emitida a informação que se transcreve: “1. O pedido de financiamento é para obras de alargamento da Rua Estrada de Novais - Cuíde de Vila Verde.

2. Qualquer processo de obra pública deverá obedecer ao previsto no Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, nomeadamente ao art.º42º e 43º - caderno de encargos, no qual está incluído o projeto de execução, que deve ser acompanhado de uma lista de todas as espécies de trabalhos necessárias à execução da obra a realizar e do respetivo mapa de quantidades. No entanto de acordo com o n.º2 do art.º42º do CCP, nos casos de manifesta simplicidade das prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar, as cláusulas do caderno de encargos podem consistir numa mera fixação de especificações técnicas e numa referência a outros aspetos essenciais da execução desse contrato tais como preço ou prazo;



3. É apresentada uma planta dos trabalhos a executar, orçamento onde descreve o tipo de trabalhos a executar, respetivas quantidades e preços correspondentes. O orçamento parece-nos dentro do praticado no mercado.

4. De acordo com a alínea j)/art.º25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, poderá deliberar sobre a forma de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

5. Face ao exposto e sendo a obra apresentada de manifesta simplicidade, tendo para o efeito a Junta de Freguesia apresentado mapa de quantidades e planta dos trabalhos a executar, em caso de autorização superior, a Câmara Municipal poderá propor à Assembleia Municipal o apoio solicitado, com fundamento no passo anterior." -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação dos Serviços, devendo este assunto ser submetido à Assembleia Municipal, em conformidade com a alínea j), do n.º 1, do art.º 25º e alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º, ambos do anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, ficando o Presidente da Câmara incumbido de estabelecer o prazo e condições de transferência da verba. -----

#### 12.5. - FREGUESIA DE CUÍDE DE VILA VERDE

##### - Pedido de Apoio Financeiro -

- Presente ofício da Junta de Freguesia de Cuíde de Vila Verde, registado sob o nº 2669, em 14/03/2016, a solicitar apoio financeiro, no valor de 7.880,00 €, acrescido de IVA, com vista ao alargamento, levantamento e reposição do pavimento que envolve a Capela de S. Sebastião, daquela freguesia. -----

- Sobre o assunto, pela Divisão de Administração e Conservação do Território, foi emitida a informação que se transcreve: "Sobre o presente requerimento informo:

1. O pedido de financiamento é para obras de alargamento, levantamento e reposição do pavimento que envolve a Capela de S. Sebastião sendo que parte dos trabalhos já está executados;

2. Qualquer processo de obra pública deverá obedecer ao previsto no Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro, nomeadamente ao art.º42º e 43º - caderno de encargos, no qual está incluído o projeto de execução, que deve ser acompanhado de uma lista de todas as espécies de trabalhos necessárias à execução da obra a realizar e do respetivo mapa de quantidades.

No entanto de acordo com o n.º2 do art.º42º do CCP, nos casos de manifesta simplicidade das prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar, as cláusulas do caderno de encargos podem consistir numa mera fixação de especificações técnicas e numa referência a outros aspetos essenciais da execução desse contrato tais como preço ou prazo;

3. O orçamento anexo ao presente requerimento descreve sucintamente o tipo de trabalhos executados, tendo sido elaborado pelos serviços do GPPDE desta C.M.

4. De acordo com a alínea j)/art.º25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º33.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, poderá deliberar sobre a forma de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

Face ao exposto e sendo a obra apresentada de manifesta simplicidade, tendo para o efeito a Junta de Freguesia apresentado mapa de quantidades a executar, em caso de autorização superior, a Câmara Municipal poderá propor à Assembleia Municipal o apoio solicitado, com fundamento no passo anterior." -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação dos Serviços, devendo este assunto ser submetido à Assembleia Municipal, em conformidade com a alínea j), do n.º 1, do art.º 25º e alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º, ambos do anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, ficando o Presidente da Câmara incumbido de estabelecer o prazo e condições de transferência da verba. -----





**12.6. - ASSOCIAÇÃO CONCELHIA DAS FESTAS DE S. BARTOLOMEU****- Pedido de utilização de espaços públicos para realização das Festas de S. Bartolomeu -**

- Presente ofício da Associação Concelhia das Festas de S. Bartolomeu, registado sob o nº 5613, em 15/06/2016, a solicitar autorização para utilização de espaços públicos, durante o mês de agosto, destinados à preparação e realização das Festividades em assunto, bem como autorização para procederem às cobrança de um montante pela ocupação do "terrado" a feirantes e proprietários de recintos itinerantes, tais como pavilhões de diversões, carroceis, pistas de automóveis e outros do mesmo género. —  
----- Face ao solicitado, pelo Divisão de Desenvolvimento Social foi emitida a informação que se transcreve: "Vem a Associação Concelhia das Festa de S. Bartolomeu solicitar alguns espaços públicos para a realização das Festas de S. Bartolomeu de 2016.

Assim e no âmbito da sua atividade e de acordo com o previsto na alínea qq), do n.º 1, do art.º 33, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência do Sr. Presidente, "administrar o domínio publico municipal";

Considerando que os espaços solicitados são essencial para a realização das Festas Concelhias, coloca-se à consideração superior o deferimento do pedido e solicita-se autorização para a notificação da decisão ao requerente, informando, em caso de deferimento.

Solicita ainda autorização para a cobrança de um montante dos espaços (Terrado) aos feirantes e proprietários de diversões, pavilhões e outros do mesmo género." -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o solicitado. -----

**12.7. - CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E A JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASTRO, RUIVOS E GROVELAS****- Aprovação de Minuta -**

- Pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente, para aprovação, a minuta do contrato de comodato a celebrar entre este Município e a Junta da União das Freguesias de Castro, Ruivos e Grovelas, que se transcreve: Entre

— O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva número 505 676 770, com sede na Praça Dr. António Lacerda, da União das Freguesias de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães, concelho de Ponte da Barca, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, senhor António Vassalo Abreu, e com poderes para esta ato, conforme o disposto nas alíneas a), do nº 1 e h), do nº 2 do artigo 35º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e adiante designado por primeiro outorgante ou comodante, devidamente autorizado por deliberação camarária de .....

E

União das Freguesias de Castro, Ruivos e Grovelas, pessoa coletiva número 510 836 330, com sede no lugar de Coucieiro, na freguesia de Castro, concelho de Ponte da Barca, neste ato representado pelo senhor José Carlos Costa Silva, na qualidade de Presidente da Junta da União das Freguesias de Castro Ruivos e Grovelas, com poderes para este ato, conforme o disposto nas alíneas a), do nº 1, do artigo 18º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, adiante designada como segundo outorgante ou comodatária.

**Cláusula Primeira  
(Identificação do Imóvel)**

O primeiro outorgante é proprietário de um imóvel – Escola Primária de Ruivos, sito no lugar de Devesa, freguesia de Ruivos, concelho de Ponte da Barca, que se encontra inscrito na respetiva matriz, sob o artigo U – 627, a favor do Município de Ponte da Barca, da referida Freguesia.



**Cláusula Segunda  
(objeto)**

Considerando que o primeiro outorgante não tem, nem se prevê a médio prazo que venha a ter, necessidade daquele imóvel, e que o segundo outorgante dele necessita para executar diversas atividades de apoio à população da freguesia de Ruivos, o primeiro outorgante entrega o mesmo ao segundo, a fim de que este possa executar as atividades necessárias de interesse à população local.

O Município poderá autorizar o segundo outorgante a efetuar nesse prédio todas as infra-estruturas/obras e benfeitorias que se tornem necessárias ou convenientes para a viabilização do objetivo proposto na presente cláusula, mediante o procedimento de controlo prévio adequado, as quais reverterão, no final do contrato, a favor do Município, observando-se o disposto na Cláusula Sexta do presente contrato.

**Cláusula Terceira  
(Prazo)**

1- O presente contrato de comodato é celebrado pelo prazo de cinco anos, a contar da data da assinatura do mesmo, podendo ser renovado por iguais períodos, após acordo entre as partes.

2- O presente contrato poderá cessar, após comunicação de um dos outorgantes, feita por carta registada com aviso de receção e com uma antecedência mínima de 90 (noventa) dias relativamente à data do termo do contrato ou das suas renovações.

3- Não obstante o que dispõe nos números anteriores da presente Cláusula, o Município pode resolver o presente contrato, se para isso tiver justa causa.

**Cláusula Quarta**

O presente contrato é feito a título gratuito, pelo prazo constante do nº1 da cláusula anterior.

**Cláusula Quinta**

O segundo outorgante fica vinculado a todas as obrigações legais que, na qualidade de comodatário, sobre ela impende, nomeadamente as previstas no artigo 1129.º e seguintes do Código Civil.

**Cláusula Sexta**

1- Serão da responsabilidade da comodatária, todas as despesas decorrentes da utilização e introdução de benfeitorias do prédio ora cedido, não cabendo a esta o direito a receber, no final do contrato, o valor das obras ou benfeitorias efetuadas no citado imóvel;

**Cláusula Sétima**

O presente contrato produz todos os seus efeitos após a sua assinatura.

**Cláusula Oitava**

São da responsabilidade do segundo outorgante os encargos decorrentes da utilização do edifício, designadamente, pagamento de consumo de água, eletricidade e outros da mesma natureza.

**Cláusula Nona**

Em caso de necessidade de integração de eventuais lacunas, vigorarão as disposições legais em vigor, nomeadamente as constantes dos artigos 1129.º e seguintes do Código Civil, que regulam o contrato de comodato.



Para constar se lavra o presente contrato, em duplicado, ambos com valor de original, ficando cada outorgante na posse de um exemplar.

Ponte da Barca, ..... de .....2016

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca  
(António Vassalo Abreu)

O Presidente da União das Freguesias de Castro, Ruivos e Grovelas  
(José Carlos Costa Silva)

— A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente minuta. —

12.8. - 4ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA  
2ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS  
3ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

- Presente, para aprovação, a 4ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 487.900,00 €, a 2ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais, no valor de 90.000,00 € e a 3ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos, no valor de 331.000,00 €, visando o reforço de verbas insuficientemente dotadas. —

— A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a 4ª Alteração ao Orçamento da Despesa, a 2ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais e a 3ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos. Absteram-se os senhores Vereadores do PSD, Armindo Silva e Olinda Barbosa. —

12.9. - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

— Por último, a Câmara Municipal usando a faculdade que lhe confere o nº 3, do artº 57º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidades, aprovar a ata desta reunião em minuta, para surtir efeitos imediatos, sendo assinada pelo Presidente da Câmara e Secretária da presente reunião. —

**PONTO Nº: 14 - ENCERRAMENTO**

- E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, pelas treze horas e dezasseis minutos, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata. —

